REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 36 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/ra2022.v18i36.16232

A ESPACIALIDADE DO BRASIL AFRICANO, A GOVERNANÇA SECULAR ESCRAVOCRATA & AS PERSPECTIVAS DE UMA ARTICULAÇÃO ANTIRRACISTA PARA O TERRITÓRIO NACIONAL

THE SPATIALITY OF AFRICAN BRAZIL, THE SECULAR SLAVEGOVERNANCE AND THE PERSPECTIVES OF AN ANTI-RACIST ARTICULATION FOR THE NATIONAL TERRITORY

LA SPATIALITÉ DU BRÉSIL AFRICAIN, LA GOUVERNANCE ESCLAVIÈRE LAÏQUE ET LES PERSPECTIVES D'UNE ARTICULATION ANTIRACISTE POUR LE TERRITOIRE NATIONAL

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Universidade de Brasília (UnB) \ Universidade Federal da Bahia (UFBA)
quilombo.sanzio@gmail.com

Resumo

Para expressar aspectos fundamentais da Geografia Afrobrasileira, o artigo usa referências das linguagens cartográfica e fotográfica numa perspectiva historiográfica, geopolítica e do geodireito, revelando territorialidades distintas no espaço e no tempo, isto porque existe um convívio secular não assumido, regido por uma geografia da inexistência, pautada na hostilidade da temática, na omissão das informações e nos erros e equívocos oficializados, funcionam como estratégias básicas do Estado para a manutenção do sistema dominante conservador, oligárquico, segregador e preconceituoso. A diminuição crescente dos prestígios da Geografia e da Cartografia nas estruturas de poder; o modelo fragmentário de tratar as demandas territoriais seculares e pendentes do país, assim como, a manutenção do pensamento social racista dominante, no que se refere às matrizes africanas no território e do povo brasileiro, constituem entraves básicos na implementação eficaz das políticas públicas e privadas permanentes, duradouras e articuladas no Brasil. Neste *paper* buscamos auxiliar na ampliação dos conhecimentos sobre as referências geográficas conflitantes do Brasil Africano contemporâneo e trazer outros elementos para o entendimento das configurações espaciais e da governança dos territórios afrobrasileiros, em risco permanante e sem lugar definido na nação.

Palavras Chave: Geografia Afrobrasileira, Geopolítica Afrobrasileira, Cartografia Afrobrasileira, Racismo Institucional, Território Afrobrasileiro, Governança Afrobrasileira, Racismo Geográfico

Abstract

To express fundamental aspects of Afro-Brazilian Geography, the article uses references from cartographic and photographic languages in a historiographical, geopolitical and geopolitical perspective, revealing distinct territorialities in space and time, this because there is an unassumed secular coexistence, governed by a geography the inexistence, based on the hostility of the theme, the omission of information and the official errors and mistakes, which function as basic strategies of the State for the maintenance of the dominant conservative, oligarchic, segregating and prejudiced system. The growing decrease in the prestige of Geography and Cartography in power structures; the fragmentary model of dealing with the country's secular and pending territorial demands, as well as the maintenance of the dominant racist social thought, with regard to the African matrices in the territory and the Brazilian people, constitute basic barriers in the effective implementation of public and private policies permanent, lasting and articulated in Brazil. In this paper we seek to assist in expanding knowledge about the conflicting geographical references of contemporary African Brazil and bring other elements to understand the spatial configurations and governance of Afro-Brazilian territories, at permanent risk and with no defined place in the nation.

Keywords: Afro-Brazilian Geography, Geopolitics, Afro-Brazilian, Afro-Brazilian Cartography, Institutional Racism, Afro-Brazilian Territory, Afro-Brazilian Governance, Geographic Racism

Résumé

Pour exprimer les aspects fondamentaux de la géographie afro-brésilienne, l'article utilise des références issues des langages cartographiques et photographiques dans une perspective historiographique, géopolitique et géolégislative, révélant des territorialités différentes dans l'espace et dans le temps,

c’est qu’il y a une coexistence séculaire inassumée, régie par une géographie de l’inexistence, fondée sur l’hostilité du thème, sur l’omission d’information et sur les erreurs et malentendus officiels, qui fonctionnent comme des stratégies de base de l’État pour le maintien du système dominant conservateur, oligarchique, ségrégatif et préjugé. La baisse croissante du prestige de la Géographie et de la Cartographie dans les structures de pouvoir ; le modèle fragmentaire de traitement des revendications territoriales laïques et en suspens du pays, ainsi que le maintien de la pensée sociale raciste dominante, à l’égard des matrices africaines sur le territoire et du peuple brésilien, constituent des obstacles fondamentaux à la mise en œuvre effective de la politique permanente , des politiques publiques et privées durables et articulées au Brésil. Dans cet article, nous cherchons à contribuer à l’élargissement des connaissances sur les références géographiques conflictuelles du Brésil africain contemporain et à apporter d’autres éléments à la compréhension des configurations spatiales et de la gouvernance des territoires afro-brésiliens, à risque permanent et sans place définie dans la nation.

Mots clés: Géographie afro-brésilienne, Territoire afro-brésilien, Cartographie afro-brésilienne.

Introdução

A geopolítica do processo de formação territorial brasileiro nos últimos cinco séculos tem sido configurada por desigualdades na sua estrutura social e pelos lugares segregados no espaço geográfico. A captura da espacialidade construída a partir da diáspora africana é reveladora do Brasil conflitante de cicno séculos marcada por hostilidades estruturais e institucionais.

> Dentre os seguimentos mais comprometidos neste processo espacial permeado por paradoxos, estão os povos africanos e seus descendentes, que no 1º. Censo Demográfico do Brasil (1872), computou 10 milhões de habitantes, dos quais 70% eram constituído por povos de distintos grupos étnicos da África e aqui nascidos e 3,8% da população era de europeus. A população atual do país está em torno de 210 milhões de pessoas (IBGE, 2018), dos quais mais de 50 % são de afrobrasileiros (as). Para ampliar o entendimento deste mito é pertinente lembrar que os quatro séculos do sistema escravista (XVI-XIX) foram sustentados por um preconceito estrutural como uma política de Estado, que vai manter as populações e os territórios de matriz africana à margem do processo civilizatório e de desenvolvimento da nação.(ANJOS, 2020)

Importante lembrar que o território continua sendo o principal revelador dos espaços visíveis oficialmente, ou seja, os aceitos e formalizados pelo sistema dominante e, os invisíveis, que correspondem aos territórios usados que não devem ser mostrados na cartografia e na paisagem geográfica oficial.

> No território brasileiro este conceito é emblemático, sobretudo na encruzilhada destes "Brasis" formal-informal e\ou incluído-excluído, onde estão os povos e os espaços de matriz africana secularmente à margem dos projetos do país com tratamento periférico e políticas de invisibilidade, onde a inexistência é uma das estratégias mais fundamentadas, ou seja, o Estado tem agido secularmente contra qualquer tipo de inserção das matrizes afrobrasileiras para terem um "lugar" definido no sistema dominante. (ANJOS, 2020)

Entendemos que essas são instâncias concretas no conjunto amplo das contradições dos cinco séculos de sistema escravista criminoso (aqui incluímos os quatro séculos do Brasil Colonial e os 100 anos do século XX do Brasil República de mentalidade escravocrata), ainda pendentes de reconhecimento e reparação oficial não resolvidos no país. A espacialidade da exclusão e do conflito secular da nação é o que tratamos aqui e propomos outras representações, leituras e interpretações do espaço, onde a complexidade conflitante da África existente-resistente no Brasil seja considerada devidamente. Neste sentido, caracterizar e interpretar espacialmente as estruturas existentes na formação

territorial do Brasil e do seu povo diverso, tomando como referência os aspectos geográficos da herança africana configurada no território é uma premissa básica. Lembramos que no conceito de território estão agregados os sentimentos de apropriação de uma porção do espaço, assim como, quanto ao seu limite, a sua fronteira.

> Entendemos que o território é o suporte da existência humana! Ele é na sua essência um fato espacial e social secularmente atrelado a uma dimensão política, permeado de identidade, possível de categorização e de dimensionamento. Nesta direção, no território afrobrasileiro estão gravadas as referências culturais e simbólicas das matrizes da África na sua coletividade, ou seja, é o espaço multi escalar (cadastral, urbano, municipal, regional e nacional) construído e materializado a partir das suas referências identitárias e de pertencimento territorial, onde a sua população tem um traço de origem étnica e social predominante. (ANJOS, 2020)

No processo de leitura, interpretação e representação do território, os mapas são efetivamente ferramentas eficazes possibilitando revelar as construções sociais e feições naturais do espaço e por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Estes são imprescindíveis por constituírem uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução e a explicação, além de fornecerem pistas para a tomada de decisões e soluções para a governança.

> Esta Geografia que traz a espacialidade da exclusão e do conflito secular da nação, é o que questionamos aqui e propomos outras leituras e representações do espaço geográfico, onde a complexidade conflitante da África existente-resistente no Brasil seja considerada devidamente. Neste sentido, caracterizar e interpretar espacialmente as estruturas existentes na formação territorial do Brasil e do seu povo diverso, tomando como referência os aspectos geográficos da herança africana reveladora no território brasileiro é a premissa básica da Geografia Afrobrasileira" (ANJOS, 2020). Neste sentido, "a cartografia afrobrasileira é sobretudo uma ferramenta estratégica básica para a cidadania negada secularmente, uma vez que este instrumento de certa maneira, "fala" e torna "visível" o " Brasil Africano" que muitos e muitas não querem "ouvir" e nem "ver", mas é possível a sua construção e existência! Por isso a cartografia não é somente um desenho: ela produz documentos, ou seja, pode mostrar como a sociedade funciona, como anda a casa, a rua, o bairro, a cidade, o município, o estado, a nação, onde estão os excluídos e os incluídos no sistema."(ANJOS. 2020).

Lembramos também as modelagens gráficas das dinâmicas do território que estão no bojo das possibilidades eficazes de representações da informação espacial.

> Estas "constituem uma cartografia de síntese que possibilitam revelar graficamente o que aconteceu na dinâmica do espaço e tornam-se cada vez mais imprescindíveis por constituírem uma ponte entre os níveis de abstração da realidade e a simplificação, a redução, a explicação e de pistas para a tomada de decisões governamentais e de pesquisas." (ANJOS, 2008). Outra referência importante é a fotografia "como registro documental no processo do conhecimento geográfico, sobretudo pelas representações e interpretações do tempo, do espaço, da sociedade, que não se cristalizam e não são estáticas." (ANJOS, 2011)

Tomamos como premissa que tratar do Brasil Africano nos contextos espaciais, buscando reconhecer, valorizar e superar os racismos estrutural e institucional existente é ter uma ação sobre um dos mecanismos fundamentais na manutenção da exclusão territorial e social secular do Brasil Colonial ainda dominante. Neste *paper* buscamos auxiliar na ampliação dos conhecimentos e das informações sobre as referências espaciais das territorialidades de matriz oriundas da África resistentes, sobreviventes e de resgate no Brasil Real. Este trabalho busca, dessa forma, trazer os elementos fundamentais para o entendimento das configurações muiti escalares existentes e também, abordar o modelo perverso da governança excludente e perspectivas de gestão antirracistas junto aos territórios afrobrasileiros no país. Algumas referências sobre a geopolítica do modelo institucional da diáspora africana e da Geografia Africana do Brasil Colonia são tratadas a seguir.

1. A geopolítica da diáspora africana e a economia da escravidão criminosa no Brasil

Durante os séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX são marcadamente estrutrados para uma outra configuração cartográfica e geográfica do mundo, sobretudo pelas "invasões" dos territórios desconhecidos oficialmente e incorporados, às "novas" fronteiras constituídas e impostas e, a evolução significativa das técnicas. O triângulo continental dos fluxos econômicos-comerciais do século XV ao XIX envolvendo a Europa moderna, a África e a América tinham o oceano Atlântico como grande espaço de ligação e por seus mares navegavam as mercadorias da Europa, do Oriente, das colônias e os "navios negreiros" que saiam da rede de portos europeus e da costa e contra costa do continente africano para o Novo Mundo. A modelagem gráfica da **Figura 01** a seguir mostra as principais referências das dinâmicas territoriais nesta triangulação envolvendo os três continentes.

> No Fluxo Europa-África-Europa os navios saídos dos portos escravagistas europeus levavam armas, tecidos, bebidas e outras mercadorias e dos portos africanos vinham

o sal, pedras preciosas, café, açúcar, marfim, dentre outros produtos tropicais e seres humanos. O Fluxo América-África-América se caracteriza prioritariamente pelos deslocamentos dos distintos grupos étnicos com suas bagagens culturais e tecnológicas para a ocupação e formação dos novos territórios coloniais e da sua costa Oriental eram exportados o fumo de corda, aguardente batata, amendoim, dentre outros produtos. Do Fluxo América-Europa-América saiam açúcar, aguardente, cacau, tabaco, café, borracha, pedras preciosas, algodão, batata, girassol, tomate, milho, pimenta, baunilha, etc. e, para o Novo Mundo eram encaminhados cevada, gado, aveia e centeio. Os pontos fixos de articulação e "nós espaciais" se caracterizaram principalmente pela rede de cidades e portos que vão dar suporte locais e regionais na Geografia da Diáspora. O processo de pulverização das distintas matrizes africanas no território colonial pelo Estado escravagista tinha, também como estratégia dificultar a organização social, extinguir a língua de origem e impossibilitar a continuidade das culturas, ou seja, foram criados dispositivos reais para que as populações oriundas da África perdessem as suas referências identitárias e, por conseguinte, houvesse uma diluição da identidade étnica africana. Esse é mais um fator geográfico que colabora para a falta de uma referência ancestral de origem da população afrobrasileira com interferências profundas na sua cidadania e no sentimento de pertencimento territorial. (ANJOS, 2014)

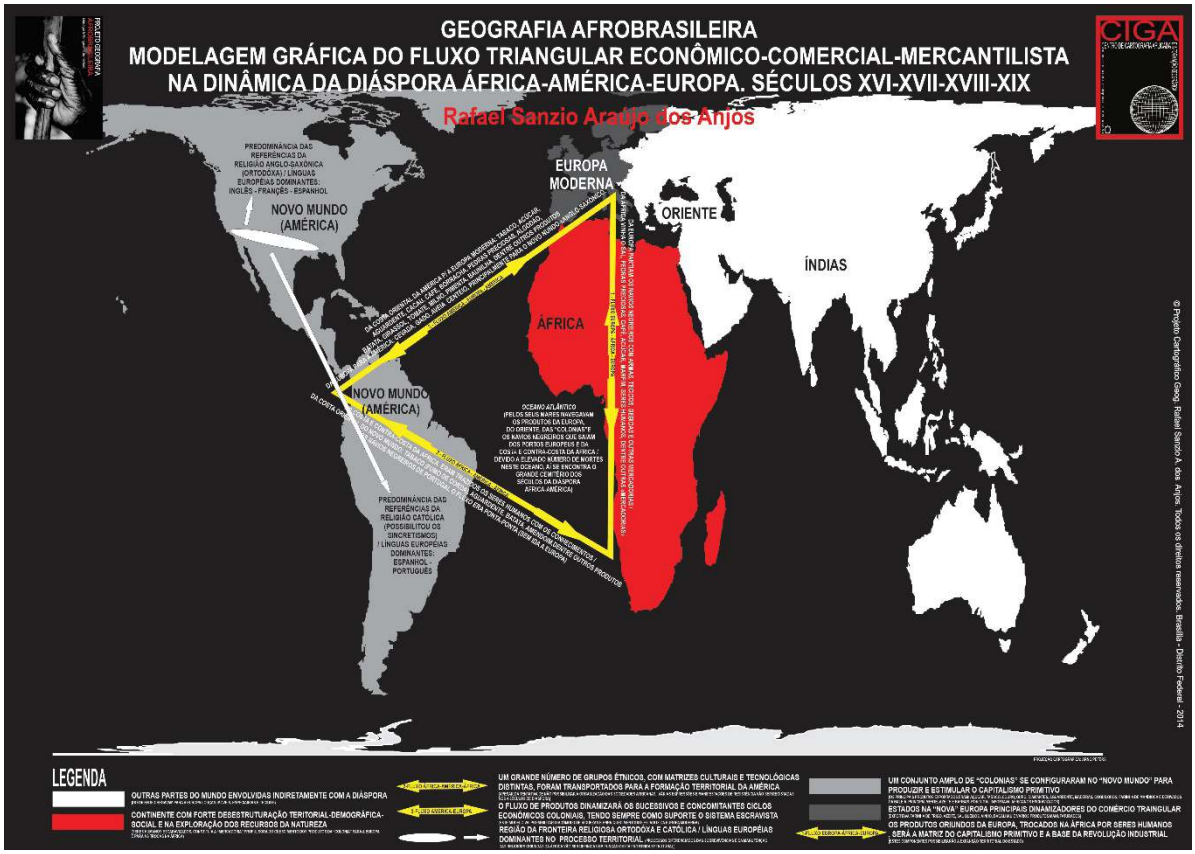


Figura 01 - Fonte: ANJOS, R.S.A. O Brasil Africano: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014

No processo de formação territorial do Brasil esses fatos geográficos seculares revelam uma crescente consolidação da sociedade escravagista, mesmo com o desenvolvimento paralelo dos conflitos politico-territorias e as contradições sócio-econômicas.

> Aqui está a matriz fundamental da exploração perversa da natureza conduzida por um modelo onde o controle dos meios de produção, dos capitais, dos recursos tecnológicos e da concentração de terras vai se cristalizar por cinco séculos, tendo a manutenção das desigualdades como "pano de fundo" permanente. O processo de pulverização das distintas matrizes africanas no território colonial brasileiro pelo Estado escravagista tinha também como estratégia dificultar a organização social e espacial ao buscar extinguir a língua de origem e impossibilitar a continuidade das culturas, ou seja, foram criados dispositivos reais para que as populações oriundas da África perdessem as suas referências identitárias e, por conseguinte, houvesse uma diluição da identidade étnica africana. Esse é mais um fator geográfico que colabora para a falta de uma referência ancestral de origem da população afrobrasileira com interferências profundas na sua cidadania e no sentimento de pertencimento geográfico. (ANJOS, 2010)

Os trabalhos dos povos escravizados eram a força de criação de valor e os estímulos para a constituição dos mecanismos para ampliar o ritmo de trabalhoe a exploração da natureza. Estas sção as premissas básicas do escravismo industrial instaurado pelo Brasil com eficácia e reprodução em outras colonias. Na América estruturada pelo Sistema Escravocrata pulverizadas de contradições evidentes e crescentes, o quilombo significava a expressão espacial concreta e mais significativa dos conflitos junto ao sistema dominante e era uma reconstrução e elaboração de um tipo de organização territorial existente na África Bantu (Austral) que vai se consolidar no território. As fotos e documentos da **Figura 02** reconstituem algumas referências do sistema escravocrata, destacando o espaço dos quilombos ancestrais, ou seja, os mais antigos territórios de resistência africana no Brasil. Neste sentido, o quilombo africano e o quilombo americano apresentam semelhanças fundamentais. Esses sítios africanos no Novo Mundo eram um fato espacial de extensão continental e tinham um desejo coletivo de resistir à sociedade de opressão e da exclusão.

No Brasil Colonial esses territórios étnicos organizados, independentes e numerosos eram uma ameaça à estabilidade da classe senhorial e, justamente por isso, foram duramente reprimidos estimulando a criação de capitães do mato e das expedições para destruição dos seus territórios. As cartografias, fotos, gravuras, gráfico e a documentação incoporada na **Figura 02**, com o registro aproximado dos sítios dos quilombos ancestrais, revela a extensão e configuração dos quilombos no espaço de dominação portuguesa e a complexidade das engrenagens que moveram por quarto séculos a geopolítica da diáspora África-Brasil.

Apesar de no Império ocorrer em 1850, a primeira metade do século XIX caracterizou-

> se pelos vários tratados visando abolir o tráfico negreiro das ações de resistência Colonial. Pelo quadro de ilegalidade e clandestinidade, os dados estatísticos dos movimentos demográficos são imprecisos e por pressões geopolíticas europeias esse é o período em que são desfeitas as ligações bilaterais entre os continentes africano e o americano. (ANJOS, 2020)

Entretanto, o Brasil por mais de seis décadas e os Estados Unidos por quase um século, continuaram oficialmente escravistas depois das suas independências. O Estado brasileiro vai se desenvolver sobre esse contexto secular de fragilidade geopolítica, apostando na dominação e exploração violenta dos territórios e dos povos inferiorizados, organizando o processo de desigualdade, institucionalizando a ineficiência nas ações governamentais, restringindo o acesso a educação, a cultura, informação e a saúde.

É pertinente lembrar que o Brasil Colonial foi quem mais dinamizou o tráfico atlântico e importou forçosamente seres humanos africanos de distintas matrizes étnicas e culturais (ver gráfico vermelho na **Figura 02**).

> Assim como foi o último a sair do sistema escravocrata, resolvido institucionalmente com a assinatura da Lei Áurea (1888), devido à pressões internacionais e num contexto interno de tensão entre segmentos com interesses distintos da sociedade dominante e com desdobramentos traumáticos no território brasileiro nesses 133 anos "carregando" as referências do escravismo criminoso. (ANJOS, 2019)

O fim institucional da escravidão visou sobretudo, a consolidação da Geografia Oficial das Desigualdades ao "engessar juridicamente" uma estrutura de privilégios seculares e constituir oficialidade na hipocrisia e invisibilidade do Brasil Escravocrata Criminoso (ver a Charge do século XIX na **Figura 03** e os registros das paisagens **na Figura 04**). O Brasil Imperial Escravocrata vivia na ilegalidade do tráfico, silenciada pelos grandes proprietários das fazendas com o aval do Estado – Nação em nascimento. Dessa forma, as leis não eram aplicadas, consolidando uma cultura da "Lei prá Inglês Ver". Neste sentido, alguns marcos legais são estruturais para o entendimento e explicação do Brasil desigual que vai se cristalizar ao longo destes últimos 200 anos, expresso na marginalidade espacial nos territórios udados e praticados. São as seguintes:

1. A Lei Feijó (1831) que proibia claramente o tráfico de seres humanos africanos, mas que ficou conhecida como "Lei prá Inglês Ver" pelo não cumprimento pelo Império;

2. A Lei 001 de 1837 que institucionalizava que os africanos e seus descendentes não podiam estudar e proibia os mesmos de frequentarem escolas públicas;

3. A primeira Lei de Terras (Lei No. 601 de 18 de setembro de 1850), que tinha como premissa

geopolítica, inviabilizar a possibilidade de propriedade e compra-aquisição de terras para os povos africanos e seus descendentes.

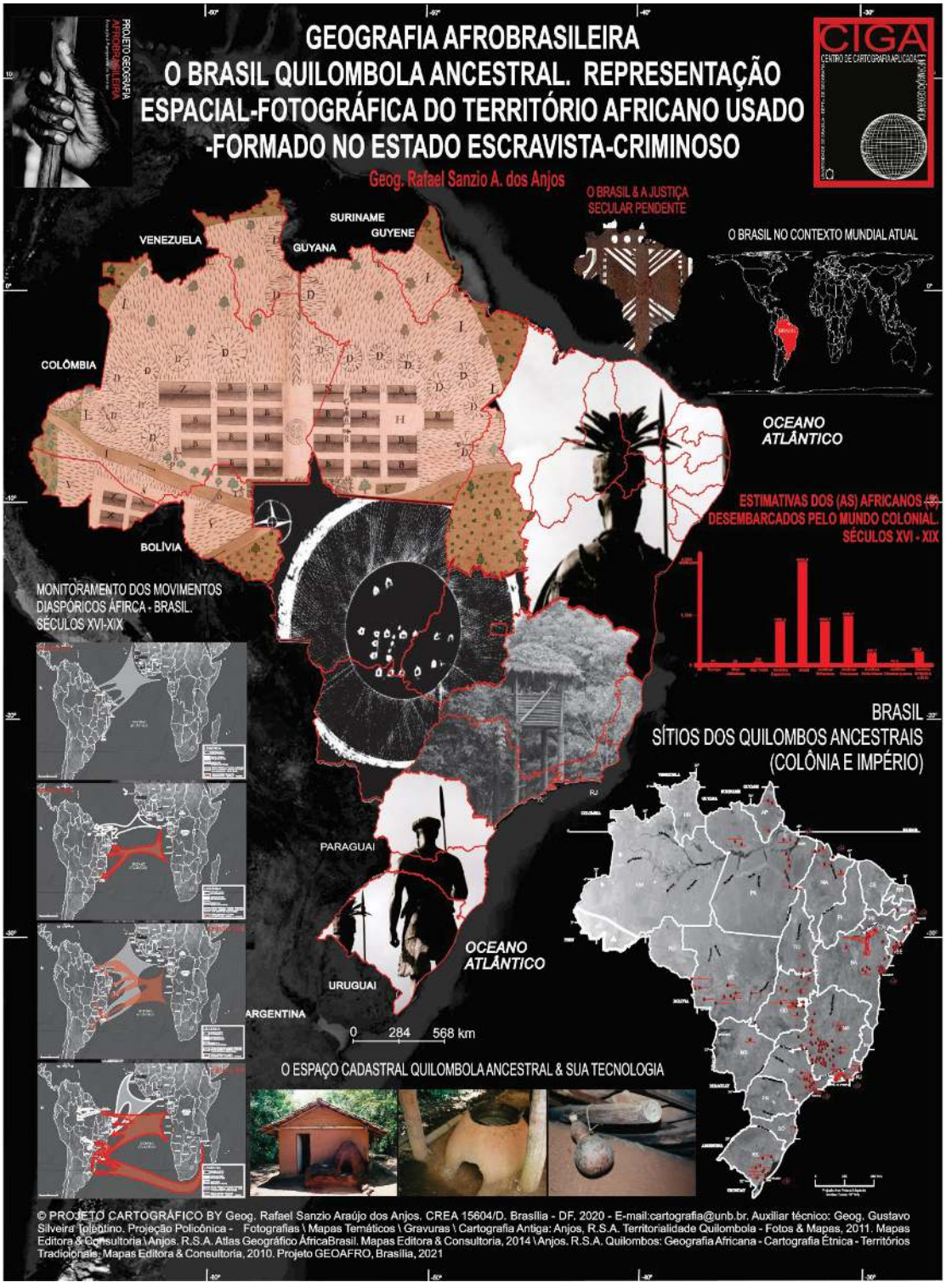


Figura 02 - Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: Geografia africana, Cartografia étnica, Territórios tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2010. Atualização: Projeto GEOAFRO, Brasília – DF. 2021



Figura 03. Fonte: ANJOS, R.S.A. Territorialidade quilombola – Fotos & Mapas. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2011 \ Atualização: Projeto GEAFRO, Brasília, 2020.

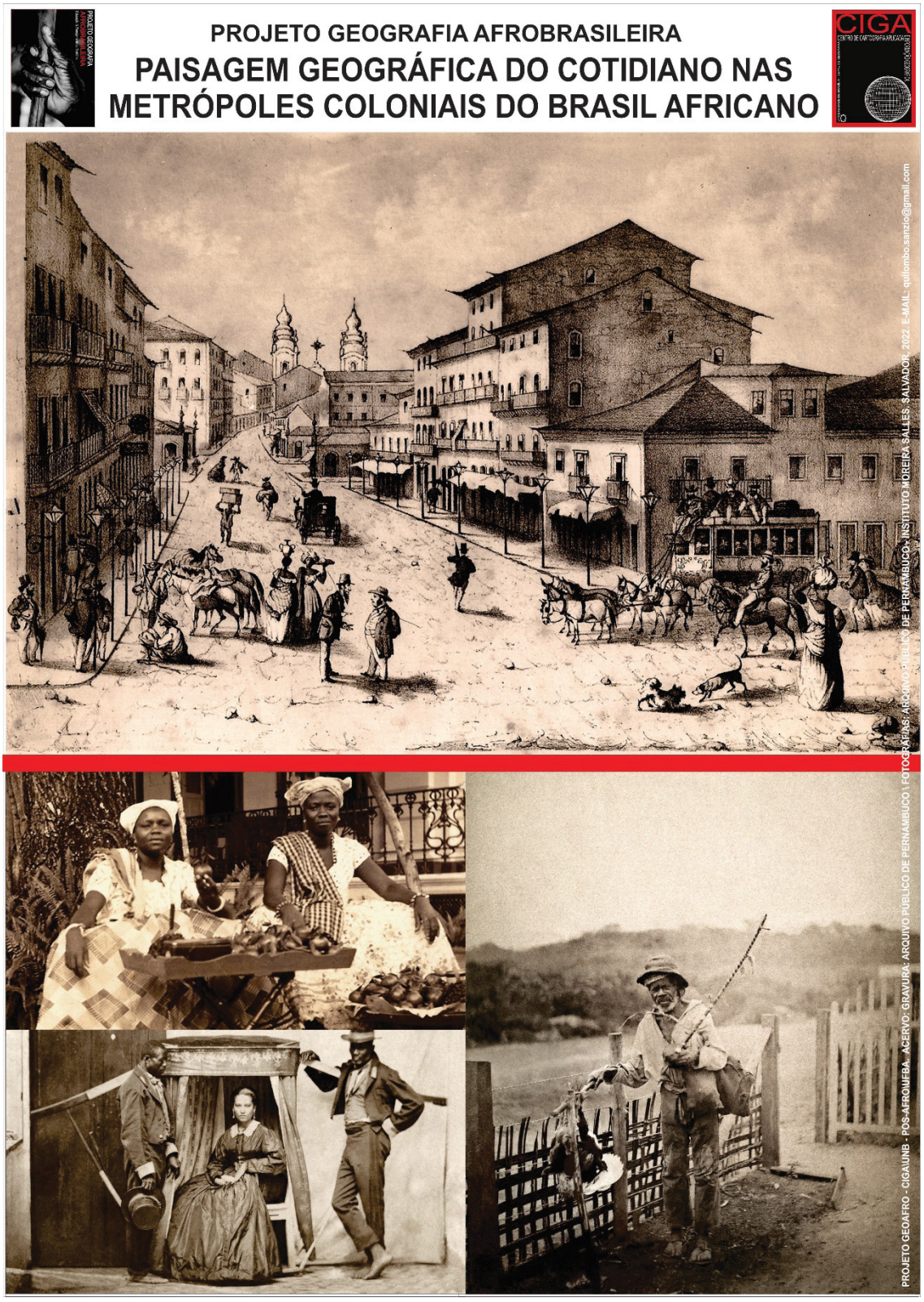


Figura 04. Fonte: ANJOS, R.S.A. Territorialidade quilombola – Fotos & Mapas. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2011 \ Atualização: Projeto GEAFRO, Brasília, 2020.

4. A Lei Saraiva Cotegipe (1885) que traz imposições para analfabetos não votarem e não terem lugar na política;

5. A lei da Vadiagem (1890) que institucionaliza a violência e sua naturalização, ou seja, a formalização do Estado policial;

6. A "Política de Embranquecimento" desenhada a partir dos resultados do 1º.Censo Demográfico (1872) e oficializada pelo Estado brasileiro no Congresso Internacional das Raças (Londres, 1911) no discurso do seu representante político, são referências jurídico-temporais que visavam promover a extinção do povo de matriz africana pela fome, deseducação, desterritorialidade e inexistência no sistema dominante;

7. Ainda como desdobramento dessa "Velha República Escravocrata", temos em 1968 a chamada "Lei do Boi" que institucionaliza cotas estudantis para os filhos dos fazendeiros do Brasil contemporâneo de mentalidade colonial.

> Estas referências do geodireito mostram por que o Brasil vai se manter com um pensamento social dominante preconceituoso, pautado num conceito errôneo generalizado na nação continental até os dias atuais, materializado em ações discriminatórias em praticamente todos os segmentos da sociedade. Importante o reconhecimento da sobrevivência e manutenção desta geopolítica conservadora no Brasil, que deixou o período escravocrata "zangado", portanto resistente e contrário na sua maioria a deixar as regras dos privilégios institucionais e sociais do sistema politico-econômico-social. Esta resistência não resolvida de cinco séculos, ainda se configura de forma predominante na sociedade atual e no território multi escalar contemporâneo com um racismo estrutural e institucional, ou seja, uma crença comportamental de seres superiores (existentes, visíveis e oficiais) e inferiores (inexistentes, invisíveis e marginais). (ANJOS, 2020)

Algumas considerações referentes ao espaço do Brasil Africano contemporâneo, os conflitos institucionais na estrutura da governança oficial e as possibilidades de articulação antirracista no Estado, são tratadas no item a seguir.

2. O modelo de manutenção do racismo institucional - estrutural e as perspectivas de governança mais assertiva

Importante a lembrança de que a história oficial e a governança brasileira ainda continuam associando à população de matriz africana uma imagem de "escravizados", aos quilombos sempre como algo do passado e aos territórios uma invisibilização permanente e preconceitos. A estratégia básica é "olhar" o Brasil Africano como se este não fizesse parte da vida contemporânea da nação

implementando sistematicamente uma estratégia de “inexistência” social e territorial.

> A “Geografia Oficial, ou seja, a Geografia que o Estado brasileiro tem desenvolvido ao longo dos seus cinco séculos de existência formal no sistema global, vai se operacionalizar sobre esse contexto duradouro de dominação e exploração dos territórios e dos povos subjugados e inferiorizados, apostando portanto nas desigualdades, na ineficiência das ações governamentais, restringindo o acesso à educação e a saúde e, exigindo obrigações dos seguimentos menos favorecidos. Mesmo com está Geopolítica Colonial de proteção da classe que detém o capital e os meios de produção, o Brasil era e continua extremamente frágil porque dependia e depende da força de trabalho dos povos africanos e tradicionais da floresta para se manter. É oportuno lembrar que fomos a Colônia que mais importou forçosamente seres humanos africanos de distintas matrizes étnicas e o último a sair do sistema escravista na Améria, resolvido institucionalmente com a assinatura da Lei Áurea (1888), devido à pressões internacionais e num contexto interno de tensão entre segmentos com interesses distintos da sociedade dominante e com desdobramentos traumáticos na sociedade e no território brasileiro nesses 133 anos “carregando” as referências do escravismo criminoso” (ANJOS, 2019).

Entendemos que foi desenvolvido de forma estrtégica uma “miopia” proposital na nação nos últimos 100 anos visando iludir o imáginario da nação escravocrata, “escondendo” os quatro séculos de escravidão oficial, desinformando e criando impedimento para qualquer tentiva de insersão e emergência social, econômica, política e educacional do Brasil Africano real e existente (ver a **Figura 05)**. E na atualidade as espacialidades de matriz africana da nação trazem o conflito do território invisibilizado seculmente e revela a dificuldade real do Estado para “enxergar” as consequência do enrriquecimento proviniente da diáspora africana. Neste paradóxo esta a principal “encruzilhada” geopolítica do país, ou seja, o incômoido permamante com a Geografia da Desigualdade impelementada, necessária para as elites, mas com um conflito permanente junto ao seleto grupo que controla e domina os meios de produção no sentido largo. A **Figura 06** sintetiza as os dois “Brasis” seculares aqui referidos: Formal – Informal, Organizado – Desorganizado, Oficial – Oficioso, Legal – Ilegal, Vida boa – Vida Ruim, Ser Feliz – Ser Infeliz, dentre outras categorizações pejorativas, racistas e limitadas reveladoras do Brasil Real, em conflito materializado *o apartheid* no território desigual, com lógicas espaciais distintas e fronteira rígida separando as duas “Geografias”, os dois “Brasis”.

A **Figura 07** mostra a estrutura das estratégias geopolíticas na implementação de políticas de Estado racistas, excludentes e duradouras para a manutenção da “miopia” secular da nação de mentalidade colonial – escravocrata e limitada. São seis (6) os eixos principais:



Figura 05. Fonte: ANJOS, R.S.A. Territorialidade quilombola – Fotos & Mapas. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2011 \ Atualização: Projeto GEAFRO, Brasília, 2022.

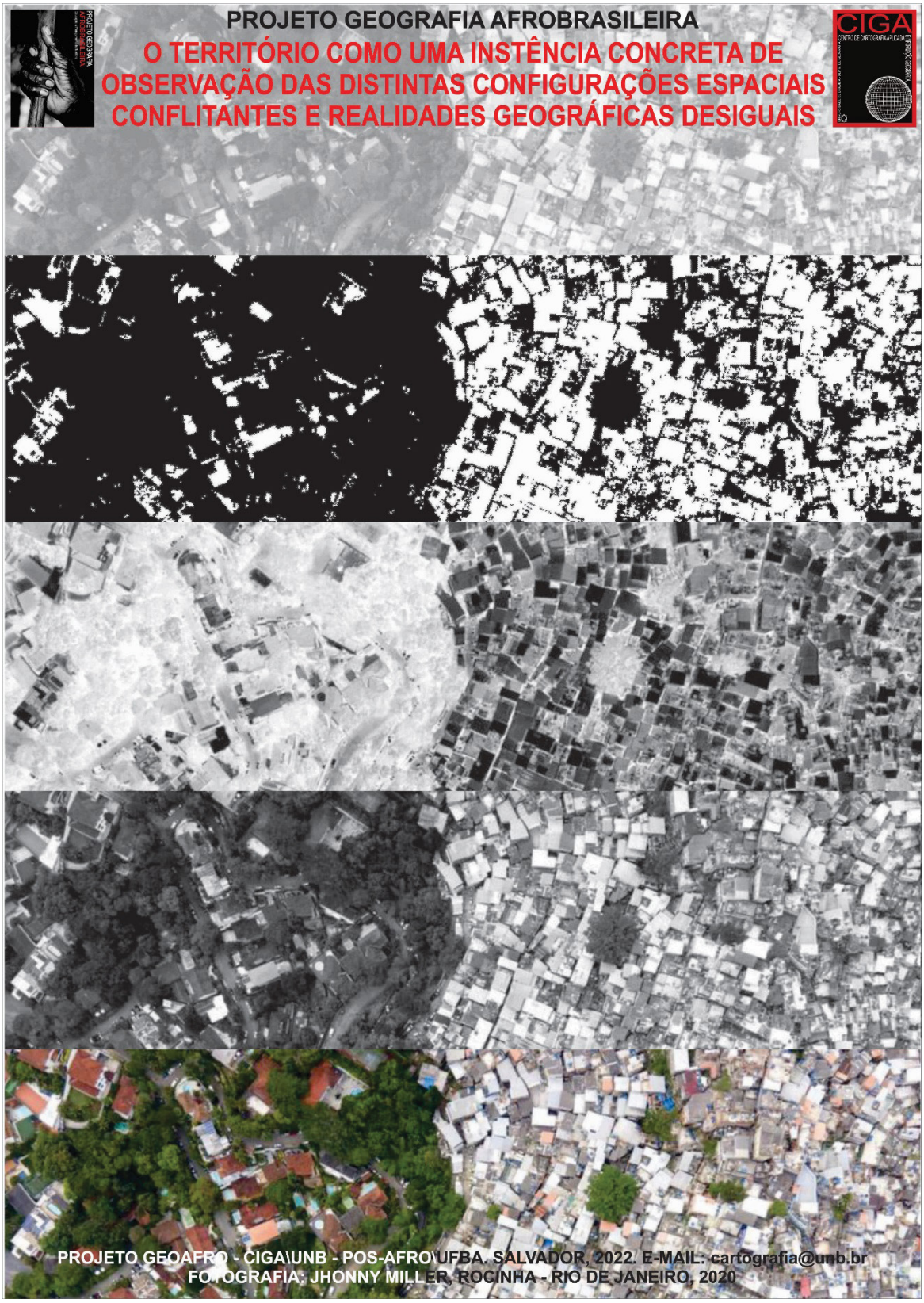


Figura 06. Fonte: ANJOS, R.S.A. Territorialidade quilombola – Fotos & Mapas. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2011 \ Atualização: Projeto GEAFRO, Brasília, 2022.

1. Constituição formalizada de um apagamento da memória dos cinco (5) séculos de Sistema Escravista no Brasil. Onde esta o grande museu nacional que trate e mostre a valorização, resistências e contribuições, no sentido largo, das matrizes oriundas da África na constituição e formação do Brasil?

2. Processo de "branqueamento" da população nos últimos 100 anos. A quem interessa termos nos tornado a nação mais "parda" do mundo? De noite todos os gatos são o que? Convivemos em um país com um grande problema de identidade, pertencimento e reconhecimento das suas matrizes étnicas ancestrais;

3. O processo de ocupação desigual do território com fronteiras bem definidas do conflito secular é um fenômeno espacial banalizado, naturalizado na nação. Que seguimentos da sociedade, do governo e dos meios de produção ganham com a pobreza generalizada?

4. A constatação de uma prática de impedimento eficaz nas representatividades do espaço político do país. Porque não temos deputados (as) e nem senadores (as) de matriz africana nas representações da Câmara e do Senado em Brasília? Por que não existem quase prefeitos (as) pretos (as) nas prefeituras municipais nos 5.570 municípios brasileiros?

5. Fortalecimento de um Estado Policial e repressor das "minorias", que no Brasil Real são "maioria". Quem são as populações mortas sistematicamente nas cidades brasileiras? Porque a política de extermínio do povo afrobrasileiro caminha há passos tão largos?

6. Manutenção de uma Mídia Oficial e Educação do Estado Escravocrata onde as matrizes oriundas da África, do povo e da cultura afrobrasileira não tenham espaço e nem lugar. Por que temos uma Lei 10.639, desde 2003 que obriga o sistema escolar da nação a ensinar referências da cultura e dos povos de matriz africana no país e a mesma não ocorre? Porque os Ministérios Públicos não agem para contornar este contexto?

A forma descaracterizada e desqualificada como o Estado brasileiro tem conduzido a política cartográfica e geográfica no país para os seguimentos excluídos secularmente, revela uma fragmentação institucional e das ações burocráticas, costituíndo um modelo de governança que fortalece os conflitos operacionais e de atribuições, mas sobretudo causa um dano irreparável na gestão eficaz das políticas públicas no território. Tomando os municípios como unidade espacial fundamental de governaça, seguida pelos Estados, verificamos registros reveladores desta forma particlular, contraditória e ineficaz que a nação conduz.



Figura 07. Fonte: ANJOS, R.S.A. Territorialidade quilombola – Fotos & Mapas. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2011 \ Atualização: Projeto GEAFRO, Brasília, 2022.

Incialmente, é relevante trazer à luz dois componentes fundamentais referente à demografia e à economia da escravidão no Brasil. A **Figura 08** constituída por quarto mapas do Brasil trata dos seguintes temas: 1o. A quantificação demográfica dos povos africanos e seus descendentes no 1o. Censo (1872) realizado no Brasil, portanto há 150 anos atrás, no qual é revelado as unidade políticas dos maiores estatísticas de africanos e africanas e seus descendentes. Se destacam neste dado espacial Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul como os mais escravagistas. Com números um pouco menor Paraíba, Alagoas e Marahão. Esta constatação cartográfica está no mapa do Brasil ao lado (côr vermelha e laranja). Nos mapas abaixo na mesma **Figura** estão à esquerda o Mapa das Regiões Geoeconômicas Colonial do Brasil. (Séculos XVI-XIX) onde é perceptível os espaços mais produtivos as suas configurações com mosaicos sobrepostros em algumas partes (Bahia, Minas Gerais, pernambuco, Pará, Amazônas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Ceará, Rio de Janeiro, Espírito Santo, dentre outros, ou seja, praticamente todos as unidades políticas da do Brasil erriqueceram com a economia da escraviudão com gradientes diferentes. No Mapa ao lado com as informações sobre o nível de adesão nas unidades nacionais rerefrente ao feriado de 20 de novembro (2011), como "Dia Nacional da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares", três

constatações básicas são verificadas: 1. Apenas 5 (cinco) unidades políticas fizeram a desão 100%, ou seja, o feriado ocorre em todos os municípios do Estado (Mato Grosso, Amazonas, Amapá, Alagoas e Rio de Janeiro); 2. Em Segipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Tocantins, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, alguns municípios aderiram ao feriado, mas a unidade política não e; 3. Os Estados que não aderiram e nenhum município também. São eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Constatação básica: No Brasil falta ainda, uma conexão maior entre as unidade políticas de maior demografia afrobrasileira e de enriquecimento com a economia da escravidão e sua respeitabilidade na adesão ao feriado nacional do 20 de novembro. Este é um fato revolador explicito do racismo estrutural e institucional da nação que precisa de reparação junto às políticas públicas e privadas reparatórias, ou seja, os Estados que se enrriqueceram mais com a economia da escravidão e os que apresentam os maiores contigentes demográficos de populações afro-brasileiras devem ter ações políticas mais explicitas e duradouras. O "fundo" dessas configurações espaciais é a confirmação de que onde houve escravidão colonial industrial, se mantém uma elite escravocrata atuando na dinâmica territorial.

> A organização do direto-administrativo no Governo Federal atual com ações que revelam a estratégia de "não resolver de forma eficaz" as demandas territoriais conflitantes e sobretudo as incompatibilidades conceituais (abordagens para "terra" e "território", por exemplo), mesmo com as referências constitucionais e os sítios terem a sua história espacial e já estarem de fato sendo usados e ocupados. Nesta direção, a falta de uma "Política de Estado" consistente e duradoura e, não "Política de Governo", pontual e cosmética, é um fator de temeridade para que não se instale no país um processo de extinção e descaracterização desses territórios étnicos, vistos erroneamente como "espaços de problemas", mas que podem ser olhados com outra perspectiva, ou seja, "territórios das soluções" para muitas demandas sociais e econômicas da nação.(ANJOS, 2021)

2.1 A espacialidade do Sinapir

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) tem como referência básica se constituir em uma forma de organização e de articulação voltadas à implementação de um conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades raciais no Brasil, buscando garantir à população afrobrasileira a efetiva iguldade de oportunidades, defesa dos seus direitos e combate à discriminação racial e demais maneiras de intolerância. O Sinapir foi instituído pela Lei n. 12.288\2010 no bojo do Estatuto da Igualdade Racial e regulamentada pelo Decreto n. 8.136\2013 com a expectativa de promover uma tranformação institucionalizada eficaz e efetiva no alcance dos benefícios à população de matriz africana no Brasil. A adesão oficial ao Sinapir pelas vinte e seis (26) Unidades da Federação

e os cinco mil quinhentos e setenta (5.570) municípios é uma condição básica para que os organismos de promoção da igualdade racial estaduais, distritais e municipais possam agir de forma descentralizada e democrática nas modadlidades de gestão Básica, Intermediária ou Plena, que serão definidas a partir do grau de institucionalização da política de igualdade racial no âmbito da unidade territorial político – administrativa. A **Figura 09** mostra o monitoramnto das unidades da federação que foram aderindo e participando do Sinapir desde o Decreto da sua a sua criação em 2013 até o momento atual. Estados de forte matriz africana registrada (Rio Grande do Sul e Bahia, juntamente com o Espírito Santo) são os primeiros a aderirem ao Sistema. Ao longo desses anos as adesões têm sido gradativas e atualmente, somente o Piauí, Amazonas e Roraima não fizeram a adesão ao Sistema. A representação cartografica da **Figura 10** revela o nível de adesão das unidades políticas ao Sinapir e os pontos dos municípios que também fizeram a adesão. As constatações espaciais principais são as seguintes:

1. Das vinte e seis (26) Unidade Federativas (UF), três (3) não aderiram (Amazonas, Roraima e Piauí; a Bahia é o único Estado com adesão Plena; Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Paraíba com adesão Intermediária e os demais com adesão Básica (Acre, Rondônia, Para, Amapá, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Se retomarmos os dados da população escravizada no Censo de 1872, que revela as unidades políticas mais escravagistas no século XIX, portanto as que mais se enrriqueceram com o sistema, apenas a Bahia mantém a referência. Os demais (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão e Ceará) estão na condição mais baixa na adesão, ou seja, a Básica;

2. O Encarte do Brasil Africano Municipal Oficial no Sinapir revela que apenas oitenta (80) municípios estão cadastrados em distintas modalidades no país, ou seja, menos de 2% do total de municípios existentes no Brasil (5.570). O Gráfico na **Figura 10** com os registros dos número de municípios com adesão por Regiões do IBGE são as seguintes: Região Norte - três (03), Região Nordeste – dezoito (18); Região Centro-Oeste – sete (07); Região Sudeste – trinta e seis (36) e Região Sul – dezesseis (16). Estes dois mapas temáticos mostram de forma evidente a geopolítica real do racismo estrutural e institucional do Estado reproduzido na hostilidade e ausência de participação na político territorial da nação visando inserir a matrizes africanas.

2.2 A cartografia dos registros étnicos-raciais nas eleições municipais de 2020 e a goveranança oficial

A **Figura 11** mostra os registors das candidturas eleitas em 2020 nos municípios brasileiro na

perspectiva do recorte étnico – racial, ou seja, os (as) prefeitos (as) pretos (as) e pardos (as). Esta racialização da eleição dos (as) prefeitos (as) do Brasil, revela um conjunto de dados sintonizadso com a históriográfia real, que indica a Bahia e Minas Gerais com as maiores estatísticas de prefeituras pretas e pardas. Entretanto esta constatação não é percebida nas demais unidades da federação, como por exemplo, a representação inexpressiva no Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro, unidades políticas de grande demografia afrobrasileira e economia estruturada na escravidão.

Verificamos que alguns componentes da cartografia das eleições municipais mais recente, assim como, estatísticas do IBGE e informações espaciais do Sinapir podem se constituir em indicadores eficazes para caminho e direcionamentos de políticas publicas e privadas reparatórias nos municípios, nos estados e para a nação. Alguns deles são os seguintes:

1. Onde estão as prefeituras negras, ou seja, as autodeclaradas pretas e pardas? O que estas gestões podem fazer em comum para minorar o racismos estrutural e institucional crescente no país?
2. Quais os municípios mais pretos do país segundo o IBGE? E os mais pardos? Se tomarmos como referência os 25 (vinte e cinco) maiores? O que estes prefeitos e\ou prefeitas podem direcionar com estas estatísticas oficiais para ações e políticas reparatórias?
3. Olhando o Mapa das adesões das unidades da federação no Sinapir existe uma desconexão nos tipos de adesão com a realidade afrobrasileira. O que aconteceria se estes estados fossem obrigados a reconhecerem oficialmente a sua herança de matriz africana existente na sua geografia e história e fizesse um nível de Adesão Plena, como a Bahia?
4. E se este processo chegasse aos municípios das unidades para uma adesão mais significativa? Não podemos perder de vista que a "raiz" do preconceito estrutural e institucional está sedimentado no município. As alterações ocorrentes nesta "base" pode reverberar no estado e na nação, ou seja, um processo de baixo para cima!
5. O que aconteceria se no feriado de 20 de novembro, todos os 5.570 municípios brasileiros parassem para "olhar" para o Brasil Africano sistematicamente excluído? O número insignificante de muncipalidades que aderiram é revelador das resistências em dar "lugar" oficial à africanidade brasileira.

Essas questões espaciais estruturantes da nação estão respondidas na **Figura 12** que mostra a espacialização das prefeituras negras autodeclaradas nas eleições de 2020 e institucionalidades de matriz africana disponíveis e possibilitadas para a governança e políticas públicas e privade reparação.

Mesmo o Brasil sendo apontado como a segunda maior nação do planeta com população de ascendência na África, é com relação a esse povo que estão as estatísticas mais discriminatórias ao longo

do século XX e XXI. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afrobrasileiras. Dessa maneira, ser descendente do continente africano no país, secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência, um esforço para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser – estar inserido no território. Neste sentido, Vargas deixa claro que nós ”negros vivenciamos a violência não em razão do que fazemos, mas por causa de quem somos, ou melhor, de quem não somos. A violência gratuita equivale a um estado de terror que é independente de leis, direitos e cidadania.” (VARGAS, 2017). Algumas conclusões e recomendações básicas são apontadas a seguir.

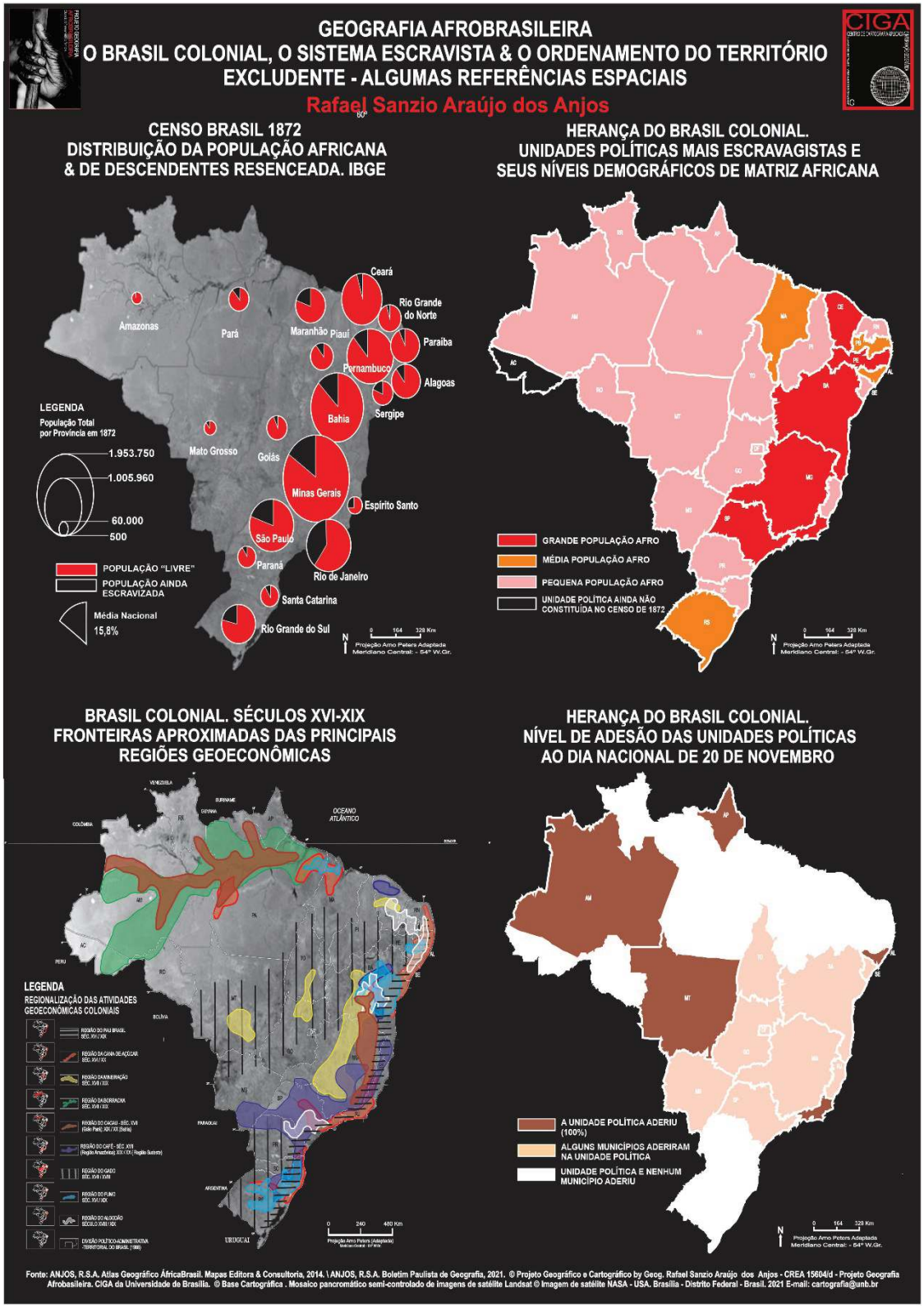


Figura 08. Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2010 \ ANJOS, R.S.A. Boletim Paulista de Geografia, 2021.

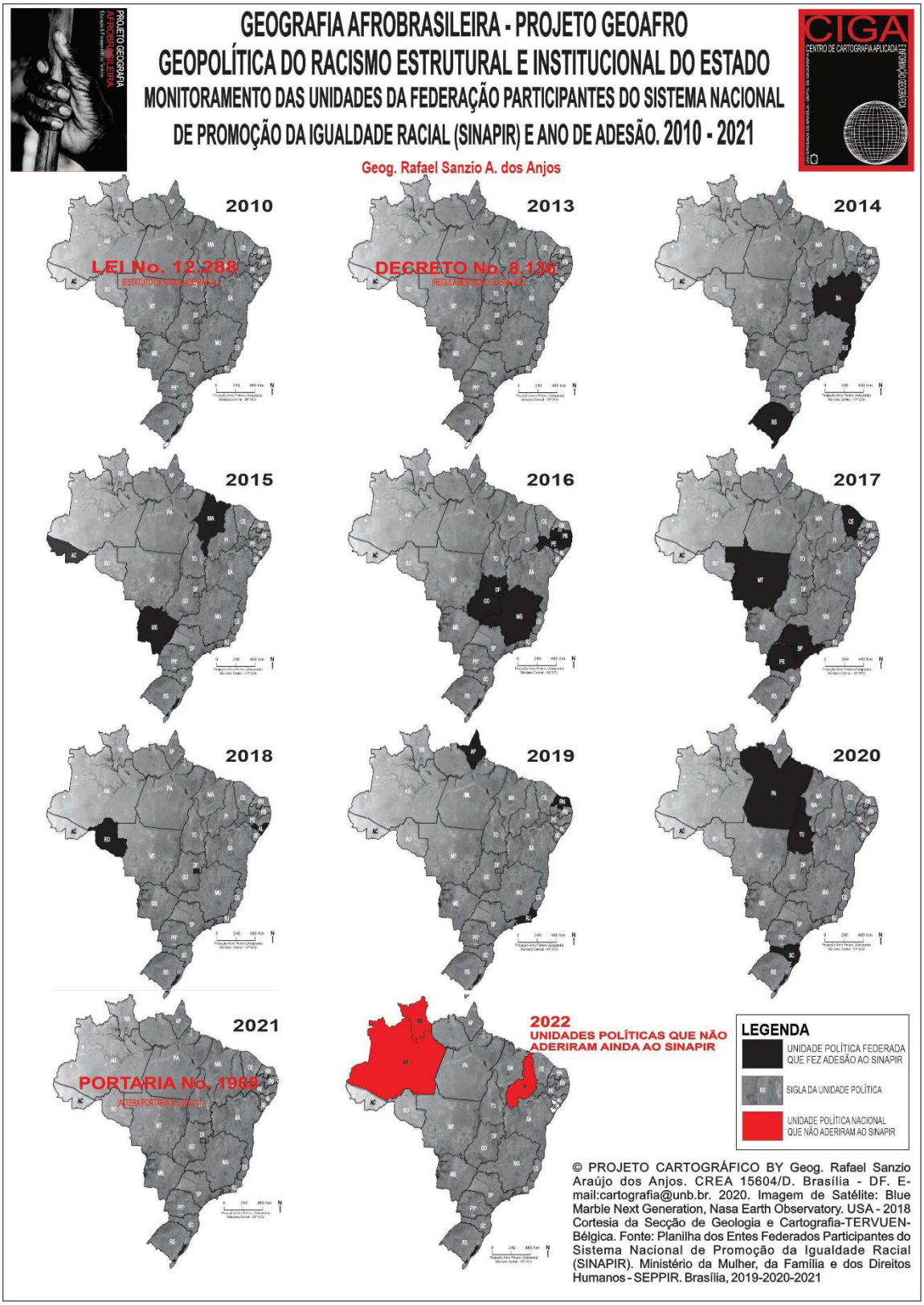
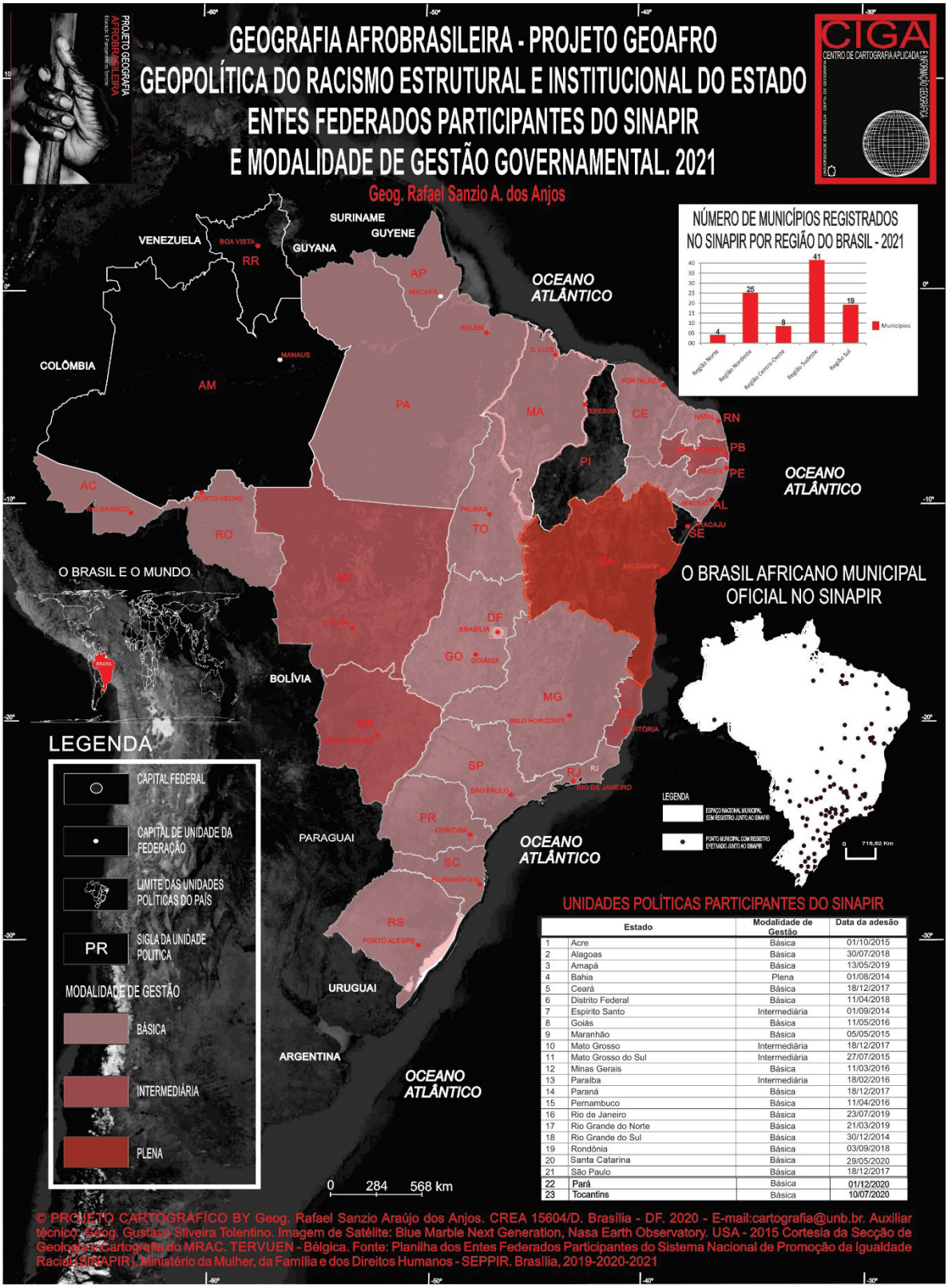


Figura 09. Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2010 \ ANJOS, R.S.A. Boletim Paulista de Geografia, 2022



	Estado	Modalidade de Gestão	Data da adesão
1	Acre	Básica	01/10/2015
2	Alagoas	Básica	30/07/2018
3	Amapá	Básica	13/05/2019
4	Bahia	Plena	01/08/2014
5	Ceará	Básica	18/12/2017
6	Distrito Federal	Básica	11/04/2018
7	Espírito Santo	Intermediária	01/09/2014
8	Goiás	Básica	11/05/2016
9	Maranhão	Básica	05/05/2015
10	Mato Grosso	Intermediária	18/12/2017
11	Mato Grosso do Sul	Intermediária	27/07/2015
12	Minas Gerais	Básica	11/03/2016
13	Paraíba	Intermediária	18/02/2016
14	Paraná	Básica	18/12/2017
15	Pernambuco	Básica	11/04/2016
16	Rio de Janeiro	Básica	23/07/2019
17	Rio Grande do Norte	Básica	21/03/2019
18	Rio Grande do Sul	Básica	30/12/2014
19	Rondônia	Básica	03/09/2018
20	Santa Catarina	Básica	29/05/2020
21	São Paulo	Básica	18/12/2017
22	Pará	Básica	01/12/2020
23	Tocantins	Básica	10/07/2020

Figura 10. Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2010 \ ANJOS, R.S.A. Boletim Paulista de Geografia, 2022

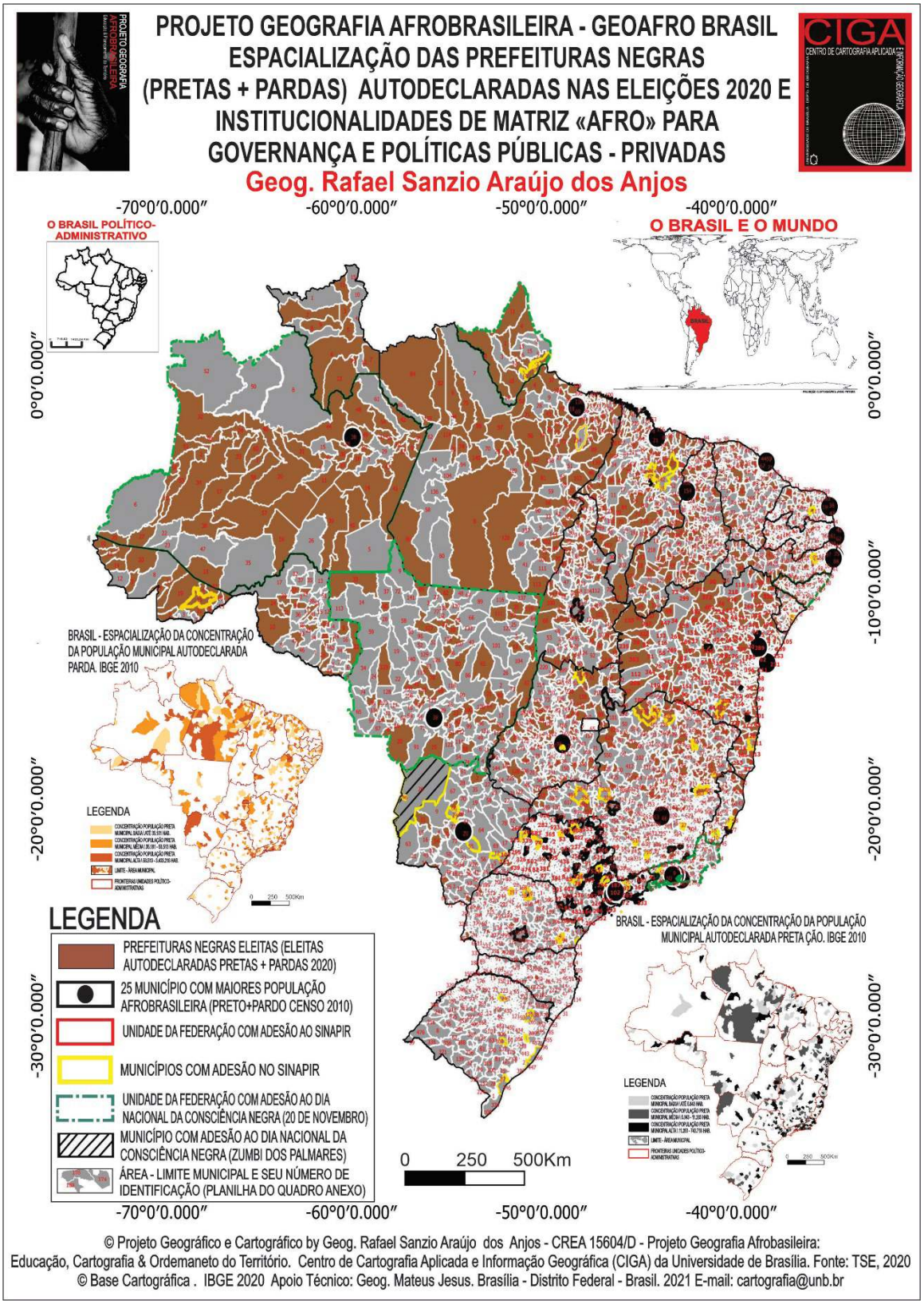


Figura 11. Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2010 \ ANJOS, R.S.A. Boletim Paulista de Geografia, 2021

Algumas conclusões e referências para uma governança inclusiva

Tomando como premissa que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos o seguinte:

1. O contexto de desinformação da população brasileira no que se refere a África continua sendo um entrave estrutural para uma perspectiva real de melhora na democracia incompleta existente no país. A luta por um Estado Democrático é uma batalha pelo respeito à diversidade étnico-racial. Neste sentido, não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos para a inserção da população de matriz africana na nossa sociedade, está a inferiorização desta no sistema escolar com danos imensuráveis para as sucessivas gerações, uma vez que estamos tratando com uma ordem jurídica que esta institucionalizada há quase 200 anos. Neste sentido, se coloca uma questão geopolítica-histórica básica, ainda sem resposta satisfatória: Qual o lugar geográfico oficial do (a) afrobrasileiro (a) na nação? Apesar da geopolítica do apagamento, os registros da existência resistente estão no povo, na cultura, na arte e no território usado e praticado, tratados de forma "oficiosa";

2. O Brasil tem registrado sete (7) Constituições Federais (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988) com componentes eugênicos e de exclusão em quase todas elas **(Figura 12).** Por exemplo, apenas na última vai ser feita uma referência às comunidades quilombolas, ou seja, a palavra "quilombo" vai aparecer pela primeira vez num documento constitucional da nação apenas em 1988, mesmo assim nos Artigos Transitórios, portanto frágeis e, tratados como "Remanescentes de Quilombos", como se os mesmos não fizessem parte da contemporaneidade do país e fossem em número inexpressivos. Lembramos que as demandas das comunidades quilombolas no território brasileiro não podem mais continuar sendo tratadas com ações pontuais, esporádicas e nem atrapalhadas por conflitos de atribuições institucionais presentes de forma significativa, nesta primeira metade do século XXI e com indícios de manutenção. A cartografia afrobrasileira é reveladora da forma como o Estado brasileiro "branco" age, atuando como uma empresa devido à sintonia com a sua elite e evitando qualquer tipo de inserção oficial das matrizes oriundas da África no sistema visível. As parcas conquistas do Brasil Africano não estão consolidades!



Figura 12. Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2010 \ ANJOS, R.S.A. Boletim Paulista de Geografia, 2021

3. Constatamos que o Brasil Africano real continua invisível oficialmente há 134 anos (1888-2022), ou seja, a rejeição secular do Estado com o fim do Sistema Escravista é o fio condutor básico da frequente articulação para a naturalização-normalização da democracia precária e da manutenção dos privilégios. Os níveis de resiliência ao longo dos últimos cinco séculos de convívio com as referências escravocratas na sociedade e sobretudo no território não são parcas. A constatação básica é a forma rígida como o Brasil se mantém com estas premissas conservadoras e com ações resiliêntes pontuais reveladas neste início de milênio, mas retrocedidas em intervenções da governança atual, ou seja, o Estado ressentido justifica a inexistência institucional mantendo a negação oficial secular e aprofundando o modelo das desigualdades. Perguntamos: Por que o Estado brasileiro nãopediu ainda, perdão pelos quatro (4) séculos de sistema escravista oficial? E a igreja, por que não fez ainda? A **Figura 13** sintetiza este panorama pendente junto à África Brasileira existente na nação que deve ser "vista", "honrada" e ter "lugar", ou seja, sair da invisibilidade proposital, ser respeitada na sua ancestralidade e ter um oficialidade no território usado secular;



Figura 13. Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2010 \ ANJOS, R.S.A. Boletim Paulista de Geografia, 2021

4. Continuamos assistindo uma ditadura da informação para os "Brasis Invisíveis" secularmente não serem vistos na sua plenitude. Este contexto de controle imperial de um seleto grupo que acham que tem poderes ilimitados e são donos do páis é uma das maiores expressões da nossa democracia incompleta. Tomamos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, "elas nos revelam que com o auxílio da ciência e da tecnologia, que temos condições de colaborar com o conhecimento geográfico na modificação das ações e das políticas pontuais e superficiais recorrentes na nação. Do ponto de vista instrumental entendemos o mapa oficial como uma ferramenta eficaz no auxílio para a resolução de conflitos territoriais (suporte e mediação na definição de fronteiras e uso do território conflitante). Neste sentido, a geolocalização oficial como política pública, ou seja, a informação geográfica precisa e automatizada assegurada com segurança e responsabilização pelo setor decisório (respeito à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e ao Marco Civil da Internet), como uma ferramenta de visibilidade e revelação da nação invisibilizada pelo racismo estrutural e todo o seu mecanismo de Estado mantenedor das desigualdades, é uma "porta concreta" para subsidiar a adoção de medidas consequentes na alteração das situações emergenciais das populações e dos territórios do "Brasil Africano".

Bibliografia

ANJOS, R. S. A. "A geografia, a África e os negros brasileiros". In: MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1999, p. 169-182.

ANJOS, R.S.A & CYPRIANO, A. "Quilombolas – tradições e cultura da resistência". Aori Comunicações. Petrobras, 2006. São Paulo, 240 p.

ANJOS, R. S. A. Quilombos: Geografia Africana-Cartografia Étnica-Territórios Tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, 190p. Brasília, 2010

Territorialidade Quilombola: Fotos & Mapas / Quilombola *Territoriality: Photos & Maps*. Mapas Editora & Consultoria., 124 p. Brasília, 2011

Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 104p. 2014

O Brasil Africano – Algumas Referências dos Séculos XVI – XXI: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014b

"As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências". *Revista GEOUSP*. v.19, n.2 (2015) São Paulo: p. 374-390

Diversidade étnica no Brasil invisível-visível: Apropriações-usos dos territórios & conflitos sócio-espaciais. In: SUERTEGARAY, D.M.A., SILVA, C.A., PIRES, C.L.Z. & PAULA, C.Q. (org.). "Geografia e conjuntura brasileira". Consequência Editora, Porto Alegre: Anpege, 2017, p. 275-309.

Geografia oficial, cartografias invisíveis, geotecnologias e educação geográfica. Boletim Paulista de Geografia. ISSN: 2447-0945 V. 99 (2018) São Paulo

O Brasil africano invisível-visível e geografia secular perversa. Revista Humanidades No. 63 ISSN 0102.9479, p. 75 – 99 Brasília, Editora UnB. 2019.

Atualização do Cadastro Técnico dos Registros Municipais dos Territórios Quilombolas do Brasil – Relatório Preliminar. Projeto GEOAFRO \ CIGA-UnB, Brasília, fevereiro\2020

Territórios invisíveis do Brasil Africano: cartografias & tensões sócio – espaciais nos terreiros religiosos. In: Rego, N., Azevedo, A.F. & Kozel, S. (Org.). "E-book *Narrativas, Geografias, Cartografias - para viver, é preciso espaço e tempo"*. Volume I Editora Compasso Lugar – Cultura e Editora IGEO - UFRGS. Porto Alegre 2020, p. 39 - 64

A Geografia afrobrasileira, o estado de mentalidade colonial e a governança racista. Boletim Paulista de Geografia. ISSN: 2447-0945 No. 104, Jul.-dez. 2020 São Paulo, p. 23 – 60

Minorias não precisam ser mapeadas, precisam de cidadania. In: UGEDA, L. & SEO, H.N.K.(org.). "Geodireito Mitos e Fatos". Instituto Geodireito, Brasília, 2020, p.81-82.

Space references of secular strucutyral – institutional racismo oficial governance. Periódico Geobaobás, v. 5, n.1 (2021), p. 1:100 ISSN: 2177-4366

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro: IBGE - PNAD, 1996

IBGE. Estimativas da População Brasileira. Rio de Janeiro, 2018

PIKETTY, T. Brasil tem maior concentração de renda do mundo e o 1% mais rico. El País. Madrid, Espanha, 13\12\2017

SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje. Folha de São Paulo, São Paulo, 2000, Caderno Mais! Domingo, p. 14-15

Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal. Editora Record. 1ª. Edição, 2003

VARGAS, J.C. Por uma mudança de paradigma: Antinegritude e antagonismo estrutural. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n. 2, p. 83-105 \ dez., 2017